



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

REUNIÃO

DO CONSELHO POLÍTICO DA

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Brasília, 9 de março de 2023

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 9/3/2023

1- ANÁLISE DE CONJUNTURA

- Contexto de elevação dos gastos com juros da dívida pública, principalmente por causa da elevação da Selic pelo Banco Central, e exigência de “nova regra fiscal” para controlar os gastos sociais, em substituição ao Teto estabelecido pela Emenda Constitucional 95;
- Emenda Constitucional 126 (PEC da Transição): pressão do mercado financeiro por “nova regra fiscal” e a necessidade de mobilização social para evitar retrocessos.

2 – FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Requerimento registrado pela Deputada Federal Fernanda Melchionna em 13.02.2023.
- Articulação para coleta de assinaturas e posterior adesão das entidades.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 9/3/2023

3 – CARTILHA “Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil”

- Apresentação da proposta de Cartilha de 40 páginas, colorida, ilustrada e diagramada (Anexa a proposta de Capa, Apresentação e Índice) e pedido de apoio das entidades para essa publicação.
- Objetivo: Mostrar que o rombo das contas públicas está nos gastos financeiros com a dívida e não em gastos com pessoal e demais gastos sociais. Distribuir a todos os(as) parlamentares federais (pelo menos 3 exemplares em cada gabinete), estaduais/distritais e municipais, autoridades, e para movimentos sociais, sindicatos e associações para atividades de formação, e à sociedade em geral;
- Juntamente com esta convocação está sendo enviado convite às entidades para apoiarem a publicação da Cartilha, que incluirá o nome da entidade que contribuir, tanto no formato impresso como virtual.
- **Contribuição para cota de cartilhas para distribuição pública a parlamentares, autoridades e população em geral** - Contribuição de R\$ 1.000,00 (para cobrir gastos com diagramação, ilustração, desenvolvimento, impressão e distribuição). A entidade que contribuir terá direito ao arquivo da Cartilha Virtual.
- **Aquisição de Cartilha IMPRESSA** pela entidade: Valor unitário R\$ 5,00 (não inclui o frete). Quantidade mínima a ser encomendada: 200 unidades.
- **Pedimos às entidades que se manifestem em relação a esse pedido até o dia 1º de março** (quarta-feira), enviando resposta por e-mail para contato@auditoriacidada.org.br

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 9/3/2023

4 - CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022

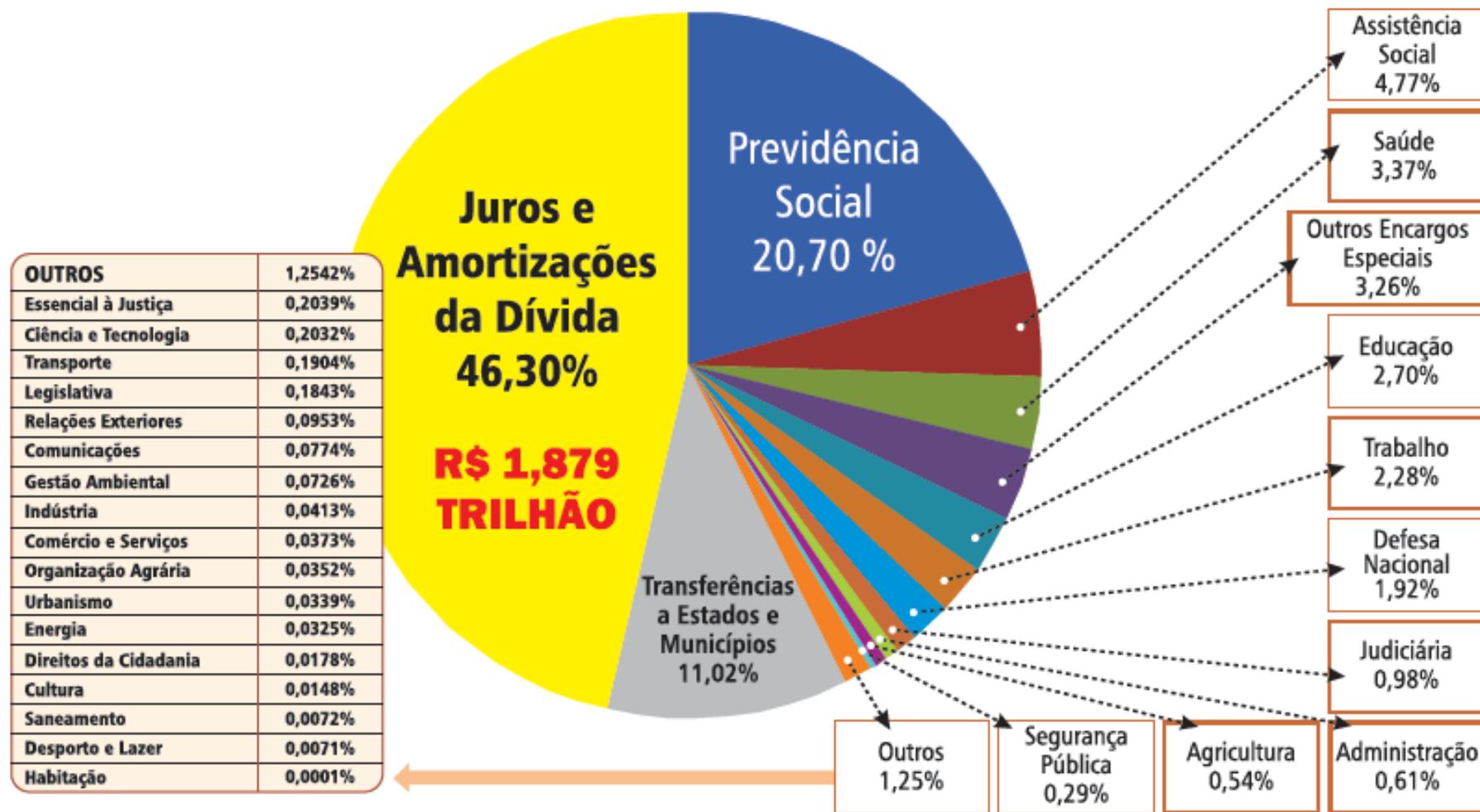
- Importância da campanha diante das diversas manifestações do Presidente Lula sobre os juros elevadíssimos praticados no Brasil
- Site da campanha: <https://bit.ly/3G87DQA>
- Mobilização: Divulgação da enquete oficial da Câmara dos Deputados para que possam declarar seu apoio ao PLP 104/2022: <https://bit.ly/3T1wauE> e participação das entidades.
- Debate sobre novas sugestões e encaminhamentos para avançar a mobilização.

5 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA - Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

6 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB): Participação em grupos de pesquisa.

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

Orçamento Federal Executado (pago) em 2022 = R\$ 4,060 TRILHÕES



Fonte: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/ependoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orçamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06
 Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 25/1/2023. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente por gastos com cumprimento de Sentenças Judiciais e Fundos de Financiamento Regional).

Ver artigo publicado pelo jornal ExtraClasse: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-consumiram-463-do-orcamento-federal-em-2022/>

GASTO COM A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXPLODE EM JANEIRO/2023

Valor

Dívida pública tem maior resgate líquido da história

Com isso, reserva de liquidez caiu de R\$ 1,17 tri a R\$ 953 bi em janeiro



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/gasto-com-a-divida-publica-federal-explode-em-janeiro-de-2023/>

Previsão do Orçamento Federal para 2023

(sancionado pelo presidente em 17/1/2023)

Privilégio para gastos com a dívida e arrocho para a Educação

- **R\$ 2,559 TRILHÕES** para juros e amortizações da dívida pública
- **R\$ 159 BILHÕES** para o Ministério da Educação (16 vezes menos)



ACD ENTREGOU CARTA ABERTA À EQUIPE DE TRANSIÇÃO, DEMAIS PODERES E À SOCIEDADE

CARTA ABERTA

AO PRESIDENTE ELEITO
LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA,
AO CONGRESSO NACIONAL
E À SOCIEDADE



Em 06/12/2022, a ACD divulgou Carta Aberta que cita a fala do Presidente Lula no sentido de que não podemos ficar guardando dinheiro para pagar juros aos banqueiros e que devemos priorizar o pagamento da dívida social.

Na carta, a ACD elencou os principais aspectos a serem enfrentados pelo governo federal eleito e pelo Congresso Nacional.

Íntegra da Carta disponível em:

<https://auditoriacidadada.org.br/wp-content/uploads/2022/12/CARTA-ABERTA-DIRIGIDA-AO-PRESIDENTE-LULA.pdf>

LIVE

ACD mostra à Equipe de Transição de Lula que temos R\$ 5 TRILHÕES em caixa



Em 7 de dezembro de 2022, a ACD entregou a Carta Aberta à Equipe de Transição do Governo Lula, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) de Brasília, contando com a participação de diversos apoiadores e apoiadoras da ACD

A Carta foi recebida pelo coordenador executivo do governo de transição, Floriano Pesaro e o economista Adauto Modesto Junior (membro do grupo de Planejamento, Orçamento e Gestão).

12

DEZEMBRO

19h

ASSISTA AO VIVO EM:



facebook.com/auditoriacidada.pagina



youtube.com/auditoriacidadadadivida



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

PRESIDENTE LULA DENUNCIA O ENGODO DA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL

**"NÃO EXISTE NENHUMA
RAZÃO PARA A TAXA
DE JUROS ESTAR EM
13,75%"**

Lula chama Campos Neto de 'esse cidadão' e diz que pode rever autonomia do Banco Central

A declaração de Lula ocorreu um dia depois da decisão do Banco Central de manter a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano

Valor



Lula: "O Brasil não está em uma situação em que muitas pessoas estão comprando em excesso".

A Auditoria Cidadã da Dívida denunciou, inúmeras vezes, que aumentar a Selic não tem serventia alguma para controlar o tipo de inflação existente no Brasil, que decorre principalmente da elevação dos preços administrados pelo próprio governo (combustíveis e energia, por exemplo) e alimentos, os quais não se reduzem quando os juros sobem. Acabar com a política de Preço de Paridade de Importação (PPI) da Petrobras, seria muito mais efetivo que simplesmente aumentar a Selic.

DIANTE DA CRÍTICA DE LULA CONTRA JUROS ALTOS A GRANDE MÍDIA DEFENDE O "MERCADO"

NÃO EXISTE

JUSTIFICATIVA TÉCNICA
PARA OS JUROS ABUSIVOS
DO BANCO CENTRAL

CORREIO BRAZILIENSE

Palanque se impõe à visão técnica

• KELLY HEALY

A linha que separa a retórica política e o tecnicismo governamental ganha grande capacidade de provocar ruidos. O debate travado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a competência da atual política de juros do Banco Central — que envolve, inclusive, a autonomia da autoridade monetária, ferida ao Executivo — está longe de ser um caso isolado em um levantamento dos dias atuais.

Nos últimos 10 anos, a maratonização do capital político, em detrimento das recomendações técnicas, marcou os governos de Jair Bolsonaro (PL) e de Dilma Rousseff (PT). A ex-ocupadora, por exemplo, lançou a política de expansão de gastos nos primeiros quatro anos de governo. Ela foi mediana, mas no segundo mandato, disseu do reconhecimento dos desequilíbrios fiscais e da escalada da inflação, re-

postou negociadora diante da gravidade da pandemia de covid-19, perdeu dois ministros de Saúde ligados à área médica, debochou do uso de técnicas estrangeiras de compra de vacinas, não sem antes questionar sua eficácia.

Os exemplos acima mostram que o ambiente político amplexa o viés técnico e gera desgastes para o governo de plantão, corrompendo e fragilizando as relações do Executivo com as instituições. Lula já não encontra unanimidade em suas críticas a Campos Neto, nem mesmo dentro de sua própria base aliada, incluindo congressistas e ministros. Na semana passada, o presidente disse não existir "nenhuma justificativa" para a Selic se manter no atual patamar de 13,75% ao ano. "Não é o Lula que vai brigar, não. Quem tem que brigar [para baixar a taxa de juros] é a sociedade brasileira", disse.

A autonomia do Banco Central



Lula volta dos EUA

• HENRIQUE LESSA

Após a rápida visita aos Estados Unidos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) retornou ontem a Brasília. No tempo em que passou em solo estadunidense, Lula conseguiu fazer da visita à maior economia do mundo um marco da agenda da política externa brasileira. No desembarque na Base Aérea, Lula trouxe na bagagem um compromisso conjunto pela defesa de democracia e votos recuados para o Fundo Amazônia. Já o presidente dos EUA, Joe Biden, conseguiu de Lula uma declaração mais crítica

MAS A ACD ESCLARECE:

subir juros não
serve para
controlar a
inflação que
existe no Brasil

<https://auditoriacidada.org.br/nao-existe-justificativa-tecnica-para-os-juros-abusivos-do-banco-central/>



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

BANCO CENTRAL “INDEPENDENTE” MANTÉM JUROS NAS ALTURAS E CHANTAGEIA O PAÍS, EXIGINDO “REGRA FISCAL”



BC mantém juros a 13,75% pela 5ª vez
seguida em 1ª reunião do Copom no ano

VC S/A

**Copom deixa claro que não vê
horizonte para cortar a Selic**

InfoMoney

Para analistas, Copom indicou que
pode manter Selic em 13,75% por um
período mais longo que o esperado



- PIB caiu 0,2% no 4º trimestre de 2022, em comparação ao trimestre anterior
- BC (1/2/23): *“Em relação à atividade econômica brasileira, o conjunto dos indicadores mais recentes segue corroborando o cenário de desaceleração esperado pelo Copom”*
- BC: *“Entre os riscos (...) destacam-se (...) a ainda elevada incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país”*

COMO FUNCIONA O JOGO DE CARTAS MARCADAS DA POLÍTICA MONETÁRIA E DA INFLAÇÃO FABRICADA?

COMBUSTÍVEIS COM PREÇOS DE IMPORTADOS:
ABERRAÇÃO NEFASTA

POVO PAGA CARO PARA PETROBRAS
OSTENTAR LUCRO ASTRONÔMICO

LUCROS DISTRIBUÍDOS AO GOVERNO VÃO
PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

PETROBRÁS FABRICA A INFLAÇÃO E A
DESCULPA PARA BANCO CENTRAL COLOCAR
JUROS NAS ALTURAS

g1

**Petrobras tem lucro líquido de R\$
188,3 bilhões em 2022, o maior da
história da empresa**

Em 2022, a Petrobras teve lucro recorde e astronômico: **R\$ 188 BILHÕES**, como resultado da aplicação absurda do chamado "PPI" (Preço de Paridade de Importação), que define o preço dos combustíveis de acordo com o preço dos importados, apesar de o Brasil poder produzir todo o seu combustível a custos muito menores.

Com estes preços absurdos, a Petrobras fabrica inflação que se espalha por todos os setores econômicos - dado que todos utilizam combustíveis e fretes - o que é usado como desculpa pelo Banco Central para manter os juros nas alturas.

PERDAS DOS ESTADOS COM ICMS

É PRECISO ENFRENTAR
A FONTE DO PROBLEMA

 AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/perdas-dos-estados-com-icms-e-preciso-enfrentar-a-fonte-do-problema/>

HÁ DOIS ANOS, ACD JÁ ALERTAVA PARA OS RISCOS DA AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL...



Há dois anos, em fevereiro de 2021, entregamos Interpelação Extrajudicial ao presidente da Câmara, Dep. Arthur Lira, sobre os riscos do projeto de lei que deu autonomia ao BC.

Apesar dos nossos esforços, o PLP 19/2019, flagrantemente inconstitucional, foi aprovado em plena pandemia, sem debate algum. O projeto foi questionado junto ao STF, em ADI 6696, que apesar do voto favorável do relator à inconstitucionalidade do projeto, acabou derrotada.

Desde a “Independência”, os juros subiram de 2 para 13,75%, o Banco Central apresentou prejuízo recorde, a inflação está elevada e a economia do país estagnada!

Ver artigo <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/plp-19-2019-da-cheque-em-branco-para-banqueiros-por-maria-lucia-fattorelli/>

LIVE

O "estouro" do Banco Central:

quase R\$ 300 bilhões de prejuízo, tendo recebido R\$ 212 bilhões do Tesouro



MARIA LUCIA FATTORELLI

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida



06
março
19h

ASSISTA AO VIVO EM:



facebook.com/auditoriacidadada.pagina



youtube.com/auditoriacidadadadividida



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

É muito fácil se dizer 'independente' quando se recebe títulos públicos de graça do Tesouro Nacional e, ainda por cima, juros sobre esses títulos. E mais, se apurar prejuízo, ele pode ser totalmente transferido para o Tesouro. Essa é a realidade: o Tesouro doa mais de R\$ 2,1 trilhões de títulos públicos ao Banco Central (BC), e, somente no ano de 2022, pagou a bolada de R\$ 212 bilhões de juros sobre esses títulos doados. Apesar dessa benesse impressionante, o BC ainda apurou um prejuízo de quase R\$ 300 bilhões no ano.

BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

R\$ 38 BILHÕES

A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-6,9	-0,07	9,6	0,10
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	38,0	0,39	35,8	0,36
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,2	0,18	17,1	0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB conforme o caso.
2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de índices de preços.
3/ Variação mantida por doze meses.



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA! Por que faltam recursos para investimentos?



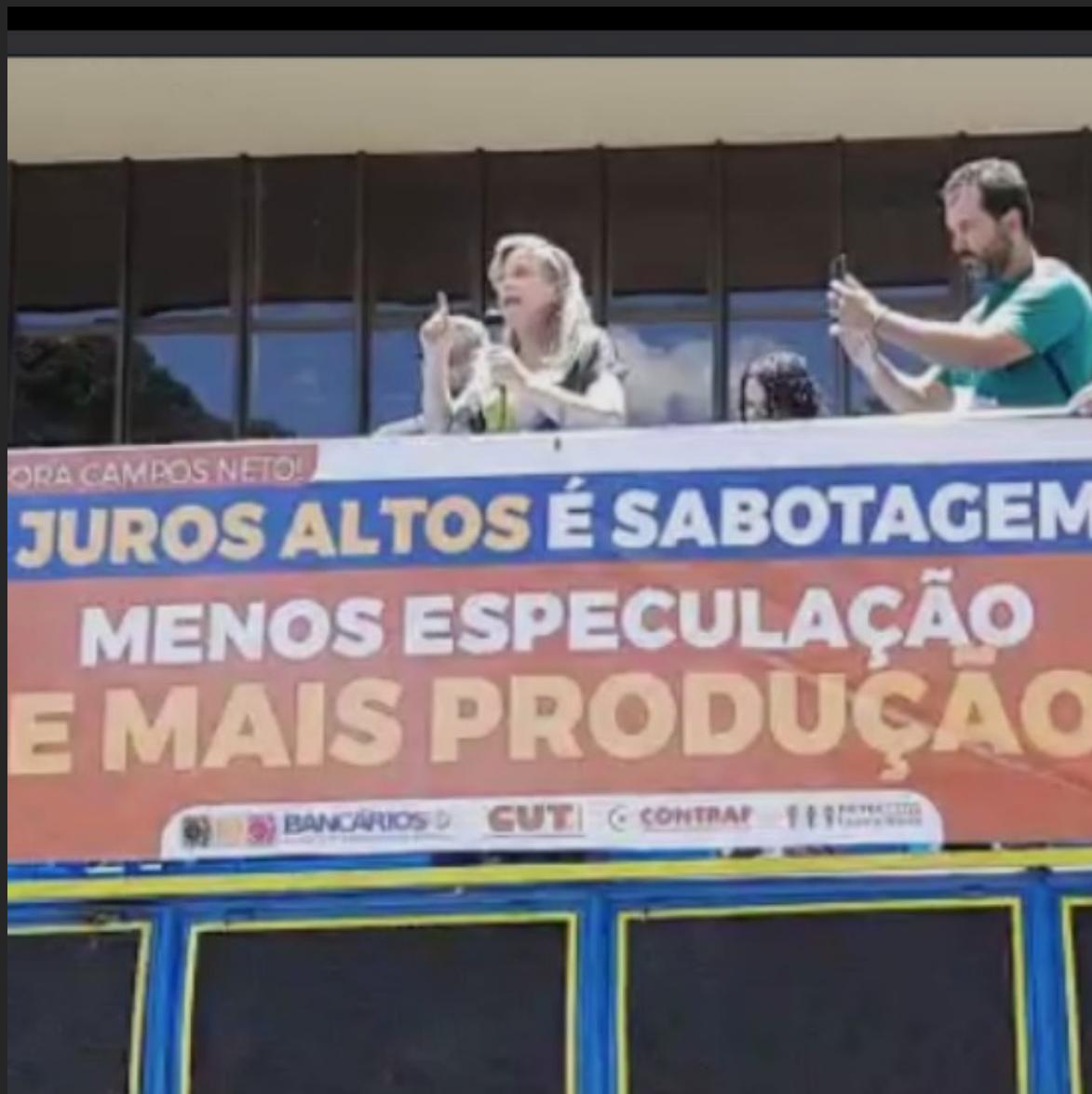
<https://bit.ly/3fTi0yX>



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/pressione-parlamentares-pela-abertura-de-uma-cpi-do-banco-centra>

Em vez de instalar uma CPI para investigar o Banco Central e as operações que têm causado rombo e crise, Câmara priorizou dar autonomia e liberdade total, aprovando os inconstitucionais PLP 19/2019 e PL 3.877/2020

ACD PARTICIPA DE ATOS CONTRA A POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL



Dia 14/2 foram realizados atos contra a política monetária do Banco Central, organizados pelo Sindicato dos Bancários e diversas Centrais, que contaram com o apoio de diversas entidades da sociedade civil, incluindo a Auditoria Cidadã da Dívida.

“PEC DA TRANSIÇÃO”

EMENDA CONSTITUCIONAL 126/2022

Prevê o fim do “Teto de Gastos” quando for sancionado Projeto de Lei Complementar (a ser encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso até 31/08/2023) prevendo *“regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico.”*

Qual será esse novo “regime fiscal”?

Não podemos admitir mais cortes de investimentos nas áreas sociais fundamentais como Educação e Saúde

PRECISAMOS REVOGAR O TETO DE GASTOS SOCIAIS, MAS O MERCADO JÁ DECRETA QUE A NOVA REGRA TROCARÁ SEIS POR MEIA DÚZIA... ASSIM NÃO DÁ!

CORREIO BRAZILIENSE

»Entrevista | **FELIPE SALTO** | ECONOMISTA

“Arcabouço vai manter essência do teto”



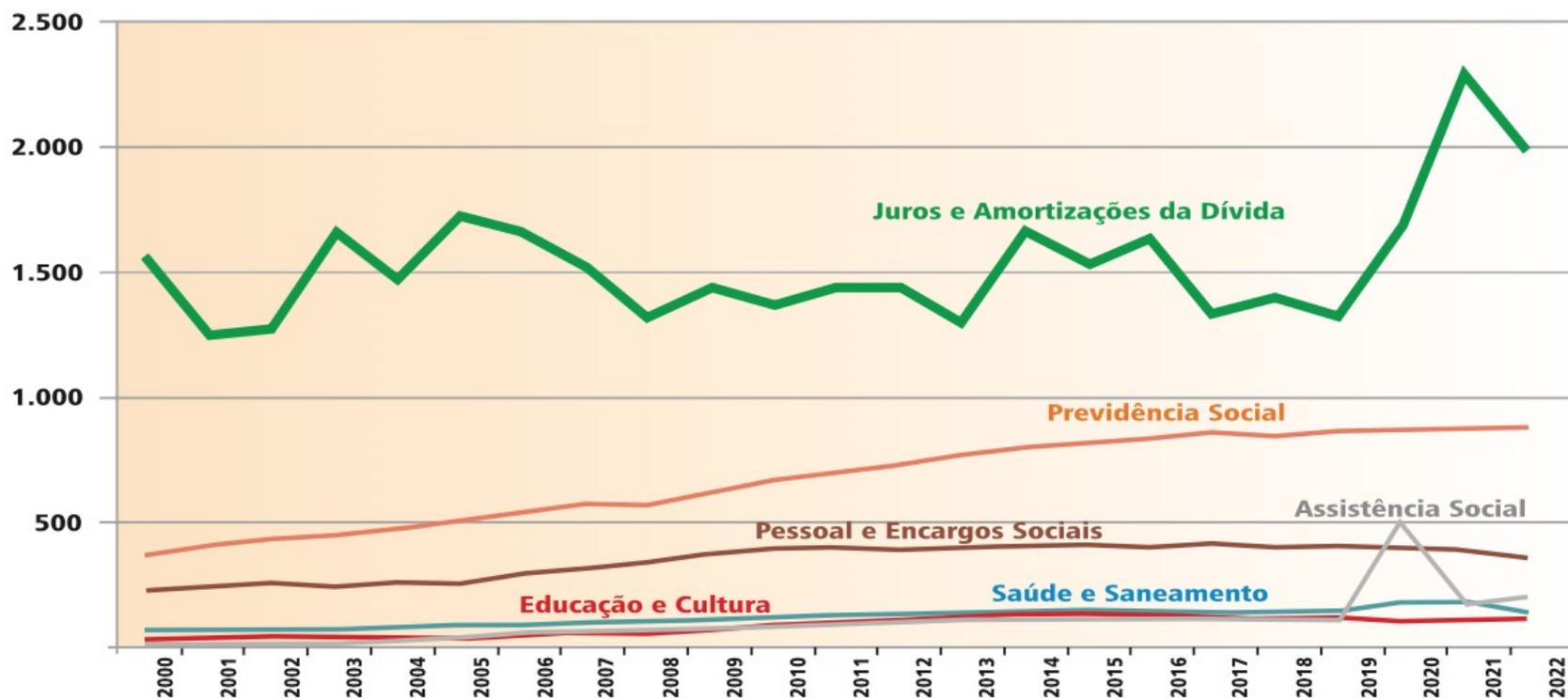
Eventuais turbulências vão sendo geradas no campo político, às vezes geram ruídos que dificultam essa interpretação, mas a minha avaliação é de que, se vier um arcabouço em março com essas características, vai ser positivo”

Em entrevista para o jornal Correio Braziliense, o economista-chefe da corretora Warren Rena, Felipe Salto, declarou que o governo deve entregar um novo arcabouço fiscal em moldes semelhantes ao que se via anteriormente no teto de gastos. A afirmação do economista aconteceu após encontro com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e acrescentou que a nova regra fiscal deverá ser entregue com uma política de controle de gastos e trajetória da dívida pública, porém com mais transparência e flexibilidade.

Onde está o rombo do gasto público?

Governo Federal - Gastos Seleccionados de 2000 a 2022

Em R\$ bilhões de 2023 - Valores atualizados pelo IPCA



Fontes: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19110
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19106

Nota: A elevação dos gastos com Assistência Social em 2020 correspondeu ao pagamento do auxílio emergencial em decorrência da pandemia de Covid-19.

Apesar do Superávit Primário, a Dívida Pública explodiu

De 1995 a 2015 produzimos
R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário. Apesar disso,
a dívida interna federal aumentou de
R\$ 86 bilhões para quase
R\$ 4 trilhões no mesmo período.

É evidente que os investimentos e gastos sociais **não** foram os responsáveis pelo aumento da dívida interna, pois produzimos Superávit Primário imenso, mas sim os mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da “Crise Fabricada”

A Dívida Pública RETIRA recursos das áreas sociais

A mentira do "déficit" financiado por endividamento

2014 a 2022



Gastos com a dívida pública (juros e amortizações)
pagos com receitas de outras fontes
(não relacionadas com a emissão de títulos da dívida)
que poderiam financiar gastos sociais =

**R\$ 2,33
Trilhões**

Gastos sociais pagos
com receitas de títulos
da dívida pública =

**R\$ 1,19
Trilhão**

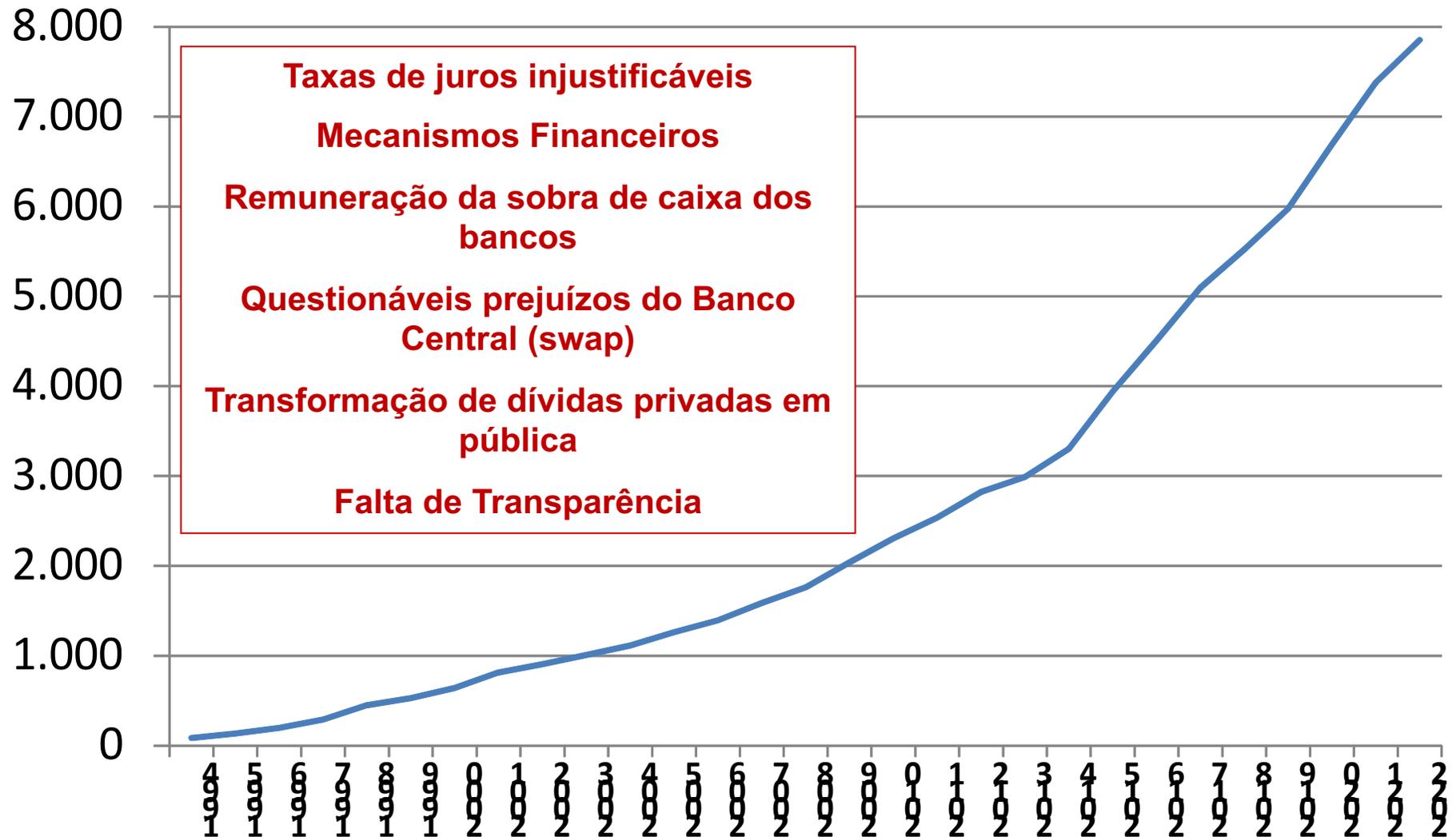
RESULTADO =

No final das contas, a
Dívida Pública RETIROU
R\$ 1,14 Trilhão
das áreas sociais no período

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Disponível em:

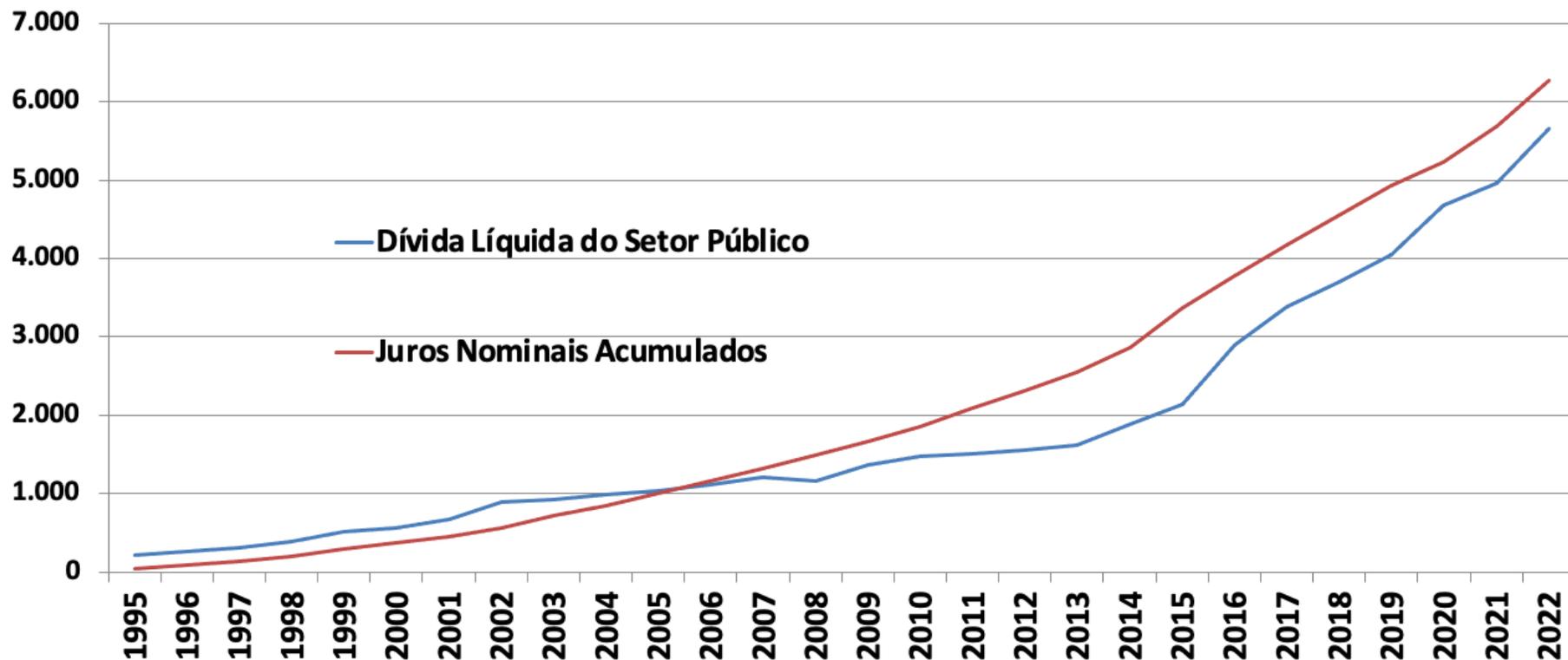
<https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucaoOrcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06>

Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



JUROS ALTOS: PRINCIPAL FATOR DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO

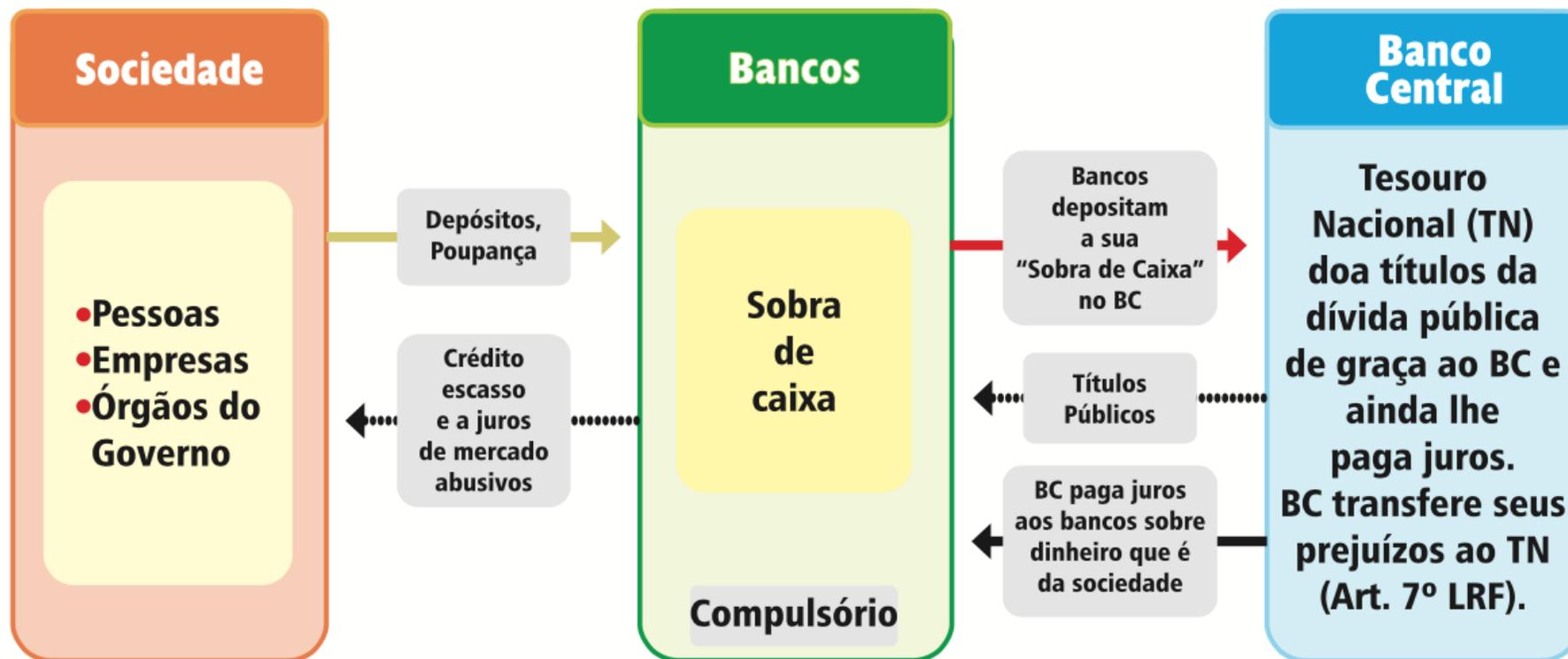
Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ bilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:
<https://www3.bcb.gov.br/sgpspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

BOLSA-BANQUEIRO

Remuneração diária aos bancos devido ao abuso das "Operações Compromissadas" e "Depósitos Voluntários Remunerados" pelo Banco Central



Consequências:

escassez de moeda na economia, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida pública, rombo aos cofres públicos, recessão, crise e aumento recorde do lucro dos bancos.

EXPLODE A REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS COM A ALTA DA TAXA SELIC PELO BANCO CENTRAL

Valor | Brasil

Política monetária Para economistas, redução do custo do instrumento passa pela questão fiscal

Alta da Selic eleva gasto do BC com compromissadas em 160%

<https://auditoriacidada.org.br/explode-a-remuneracao-da-sobra-de-caixa-dos-bancos-com-a-alta-da-taxa-selic-pelo-banco-central/>



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

A dívida pública deveria ser um instrumento para financiar investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Contínua subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente a bancos e grandes corporações
- Principal característica: “dívida pública” sem contrapartida e atuação de mecanismos financeiros operados pelo Banco Central
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

A sociedade brasileira tem sido extremamente sacrificada com o pagamento da chamada dívida pública sob várias formas.

O SISTEMA DA DÍVIDA:

- Consome a **maior parte do orçamento** federal (cerca de metade, todos os anos) e parte significativa dos orçamentos estaduais e municipais;
- Está por trás de todas as **contrarreformas**, como as da Previdência;
- Tem sido a justificativa para todas as **privatizações** insanas que acontecem desde o governo Collor;
- É o responsável pelo **“Teto de Gastos” sociais**, cortes, contingenciamentos de recursos orçamentários, e **medidas de “ajuste fiscal” (superávit primário, âncora fiscal)** que reduzem investimentos sociais para que sobre mais para pagar os juros da dívida.

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

A AUDITORIA DA DÍVIDA É A FERRAMENTA CAPAZ DE RESPONDER

- ✓ Prevista na Constituição Federal de 1988
- ✓ Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

EXIGIMOS AUDITORIA
DE CADA CENTAVO PAGO
COM O NOSSO SACRIFICIO

Com apenas um clique, envie o texto criado pela ACD para as autoridades e faça a sua parte!



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

**2 - FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O
LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA
INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM
PARTICIPAÇÃO POPULAR**

**Deputada Fernanda Melchionna
registra documento pela criação da
Frente Parlamentar sobre Limite
de Juros e Auditoria da Dívida
com Participação Social**



MOBILIZAÇÃO PARA APOIAR E INTEGRAR

Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e a Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular

PASSO A PASSO

1 - Fazer o login no sistema pelo link do Infoleg-

Autenticador: <https://infoleg-sileg.camara.leg.br/autenticador/>

2 - Clicar na aba "Apoiamiento";

3 - Clicar em "Aguardando Assinatura";

4 - Pesquisar os requerimentos apresentados a partir de 30/01/2023;

5 - Selecionar os documentos com o *código CD238613159600*;

6 - Clicar no botão verde "Ações", no centro da tela, e em seguida clicar em "Incluir Assinatura";

7 - Digitar a senha SDR e concluir.

Equipe Dep. Federal Fernanda Melchionna

(61) 3215-5621 dep.fernandamelchionna@camara.leg.br

3 – CARTILHA “Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil”

CARTILHA “Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil”

- Apresentação da proposta de Cartilha de 40 páginas, colorida, ilustrada e diagramada (Anexa a proposta de Capa, Apresentação e Índice) e pedido de apoio das entidades para essa publicação.
- Objetivo: Mostrar que o rombo das contas públicas está nos gastos financeiros com a dívida e não em gastos com pessoal e demais gastos sociais. Distribuir a todos os(as) parlamentares federais (pelo menos 3 exemplares em cada gabinete), estaduais/distritais e municipais, autoridades, e para movimentos sociais, sindicatos e associações para atividades de formação, e à sociedade em geral;

CARTILHA – PRIMEIRAS PÁGINAS

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil

Maria Lucia Fattorelli



FICHA TÉCNICA

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil

Maria Lucia Fattorelli



Autora e Coordenadora:
Maria Lucia Fattorelli

Colaboração e Revisão:
**Antônio Edmar Vieira Silva,
Carmen Cecília Bressane,
Daniel da Costa Dantas,
José Menezes Gomes,
Lujan Maria Bacelar de Miranda,
Miriam Ayala,
Rodrigo Vieira de Ávila.**

Desenho da Capa e Diagramação:
Roberto Martins Maia

Charges:
Nivaldo Marques Martins

Ilustrações 3D:
Diego Aguiar da Silva

Impressão:
**NOME DA GRÁFICA QUE
APRESENTAR O MELHOR
ORÇAMENTO**

Apoio:
**SIGLAS DAS ENTIDADES QUE
APOIAREM A IMPRESSÃO**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Auditoria da Dívida Pública: Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil
Maria Lucia Fattorelli (organizadora).
Brasília, DF: Auditoria Cidadã da Dívida, 2023

ISBN: A SER OBTIDO APÓS FINAL DA DIAGRAMAÇÃO COMPLETA

Palavras-chave: 1. Auditoria 2. Auditoria Cidadã 3. Auditoria da Dívida Pública 4. Dívida Pública 5. Banco Central 6. Limite de Juros 7. Securitização de Créditos Públicos 8. Política Monetária 9. Bolsa Banqueiro 10. Sistema da Dívida Fattorelli, Maria Lucia.

2 • Auditoria da Dívida Pública •

APRESENTAÇÃO

Neste novo ciclo que se inicia em 2023, a equipe da Auditoria Cidadã da Dívida traz nesta cartilha um conjunto de materiais e conteúdos que consideramos de enorme relevância para o futuro do nosso país.

A cartilha é destinada especialmente a parlamentares, devido à sua grande responsabilidade para o controle das contas públicas, mas é indicada também a toda a sociedade que sofre com os juros mais elevados do planeta e paga a conta da chamada dívida pública. A auditoria da dívida deveria ser uma rotina, com ampla transparência e participação social.

Auditar significa inspecionar demonstrações financeiras e contábeis, analisar documentos, registros contábeis, contratos, transações, procedimentos e, ao final deste processo, emitir um relatório fundamentado. Grandes empresas se submetem rotineiramente a auditorias para garantir a confiança dos acionistas e checar se há erros ou necessidade de mudança de rumos e metodologias. Da mesma forma deveriam proceder os governos para dar transparência e certeza de suas finanças à sociedade que contribui para o financiamento do Estado, e ainda como ferramenta para traçar rumos e nortear suas atividades, a fim de possibilitar a utilização das verbas públicas com a máxima eficiência. Esta é a razão pela qual os Constituintes de 1988, no artigo 26 do Ato das Disposições Transitórias da Carta Magna inseriram, textualmente, a realização da auditoria da dívida pública, rubrica orçamentária mais significativa entre todas as demais, já que consome anualmente cerca de metade de toda a despesa orçamentária federal.

Nas páginas a seguir, fornecemos um resumo de quem somos e o que buscamos alcançar, certos de que a construção de um Brasil cada vez mais desenvolvido e que garanta igualdade de oportunidades para toda a sua população depende da realização da auditoria integral da dívida pública, com participação da sociedade.

Nos tópicos a seguir, você conhecerá melhor a origem das nossas propostas e porque o seu apoio é essencial para esta causa. Explicamos também outras iniciativas igualmente fundamentais, como a Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil (Projeto de Lei Complementar - PLP 104/22), a Carta Aberta entregue ao Governo Lula com as principais pautas a serem enfrentadas tanto pelo Poder Executivo como também pelo Congresso Nacional, e a necessidade de uma CPI do Banco Central, a fim de investigarmos a atuação de sua política monetária, pois, conforme já conseguimos apurar, vários procedimentos adotados têm dado causa a crises sucessivas e impedem o funcionamento saudável da nossa economia.

Acreditamos ser necessária e urgente a atuação da Frente Parlamentar Mista sobre o Limite dos Juros e a Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular, e esperamos que essa cartilha seja útil para fornecer um melhor entendimento dos danos causados pelo que chamamos de "Sistema da Dívida", que tem gerado um endividamento

• Auditoria da Dívida Pública • 3

CARTILHA – PRIMEIRAS PÁGINAS

público cada vez maior e sem contrapartida, tanto em âmbito federal como de Estados, DF e Municípios, de tal forma que o dinheiro não chega ao orçamento público para ser investido em áreas de interesse da sociedade que paga a conta.

Contamos com a efetiva participação de todas as pessoas, em especial de parlamentares que se elegeram como representantes do povo brasileiro no Congresso Nacional, assim como nas Assembleias Legislativas estaduais e Câmaras Legislativas municipais e distrital, para alcançarmos a necessária transparência das contas públicas e garantirmos a correta aplicação dos recursos em prol do desenvolvimento socioeconômico do Brasil.



ÍNDICE

1. Apresentação.....	5
2. Conhecendo a Auditoria Cidadã da Dívida – ACD.....	7
3. Auditar a dívida pública para cumprir a Constituição Federal.....	9
4. Por que é urgente realizar auditoria da dívida pública com participação popular?.....	11
5. Danos decorrentes da falta de uma auditoria da dívida pública no Brasil.....	12
6. O Equador deu uma lição de soberania ao mundo em 2007/2008 e provou a eficácia e eficiência da ferramenta da Auditoria da Dívida Pública.....	15
7. Carta Aberta elaborada pela ACD dirigida ao Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional e à Sociedade.....	20
8. Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil.....	24
9. Necessidade de CPI do Banco Central do Brasil.....	29
10. Frente Parlamentar Mista sobre o Limite dos Juros e a Auditoria Integral da Dívida com Participação Popular.....	34
11. Necessidade de REVOGAÇÃO dos privilégios do Sistema da Dívida.....	37
12. Conclusão.....	40

A auditoria da dívida pública com participação da sociedade se fundamentará na análise minuciosa de todas as operações e mecanismos que geraram essa dívida, desde a sua origem, para que saibamos o que de fato estamos pagando à custa de tanto sacrifício social e econômico.

CARTILHA “Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil”

- Juntamente com a convocatória dessa reunião foi enviado convite às entidades para apoiarem a publicação da Cartilha, que incluirá o nome da entidade que contribuir, tanto no formato impresso como virtual.
- **Contribuição para cota de cartilhas para distribuição pública a parlamentares, autoridades e população em geral** - Contribuição de R\$ 1.000,00 (para cobrir gastos com diagramação, ilustração, desenvolvimento, impressão e distribuição). A entidade que contribuir terá direito ao arquivo da Cartilha Virtual.
- **Aquisição de Cartilha IMPRESSA** pela entidade: Valor unitário R\$ 5,00 (não inclui o frete). Quantidade mínima a ser encomendada: 200 unidades.
- **AGUARDAMOS A ADESÃO DAS ENTIDADES PARA CONSEGUIR VIABILIZAR A IMPRESSÃO EM QUANTIDADE SUFICIENTE PARA DISTRIBUIÇÃO A PARLAMENTARES FEDERAIS, ESTADUAIS, DISTRICTAIS E MUNICIPAIS**, por e-mail para contato@auditoriacidada.org.br.

4 - CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022

Auditoria Cidadã da Dívida lançou Campanha para LIMITAR JUROS NO BRASIL



MOVIMENTE-SE

Informativos da Campanha

Queremos saber sua opinião
VOTE

Abuso das taxas de juros no
Brasil
ENTENDA

Materiais da campanha
COMPARTILHE

Descubra o que está
acontecendo
AGENDA

Acesse a Proposta Legislativa e
acompanhe os próximos
passos
CONGRESSO NACIONAL



EXIGIMOS LIMITE PARA OS JUROS NO BRASIL



PROPOSTA PELO LIMITE DOS JUROS VIRA PLP 104/2022



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Reunião deliberativa da Comissão
Legislativa Participativa (CLP) da
Câmara dos Deputados aprova
proposta legislativa pelo limite dos
juros no Brasil.

VOCÊ JÁ ESTÁ PARTICIPANDO?

ACESSE

DIVULGUE

PARTICIPE

<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>

auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Limite dos juros torna-se Projeto de Lei Complementar

Projeto de Lei Complementar
PLP 104/2022



Texto original | Siga esta proposta

EMENTA

Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências.

/auditoriacidadabr
 /AuditoriaCidadaDaDivida
 /auditoriacadapagina
 /auditoriacidada



auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Vote na enquete oficial da Câmara: Limite dos Juros Já!

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O PLP 104/2022?

Concordo totalmente

Concordo na maior parte

Estou indeciso

Discordo na maior parte

Discordo totalmente

VOTAR

/auditoriacidadabr
 /AuditoriaCidadaDaDivida
 /auditoriacidada.pagina
 /auditoriacidada



<https://auditoriacidada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/>

CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022



- O PLP 104/2022 se encontra na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados.
- Depois segue para a Comissão de Constituição e Justiça, depois para o Plenário, depois ao Senado.
- Se encontra apensado ao PLP 52/2003.
- Relator: Julio Cesar (PSD/PI) – reeleito
- Aguardando a definição dos membros da CFT e o reinício dos trabalhos da Comissão em 2023.

CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022

Requerimento aprovado!



Teremos audiência pública para debater o LIMITE DE JUROS NO BRASIL!

Dia 23/11/2022 a CFT aprovou Requerimento para a Realização de Audiência Pública para debater o PLP 104/22.

Com o final da legislatura, o Requerimento perde a sua validade, mas deve ser reapresentado logo que a CFT reiniciar os trabalhos em 2023.

5 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Doações podem ser feitas de várias formas:

✓ **PIX 12537204000145**

✓ **Pagamento recorrente no cartão de crédito:**

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/>

✓ **PagSeguro:**

<https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

6 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA *PADRE THIERRY LINARD*, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB)

- Participação em grupos de pesquisa. Ver minicurso “*Quem financia o Estado e quem se beneficia do gasto público*” Parte I <https://auditoriacidada.org.br/video/minicurso-aula-1-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia-com-o-gasto-publico/> e Parte II <https://auditoriacidada.org.br/video/minicurso-aula-2-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia-com-o-gasto-publico/>
- Divulgação da cartilha círculos bíblicos “*Auditoria da Dívida Pública: vamos fazer?*” produzida pela CNBB <https://www.edicoescnbb.com.br/produto/circulos-biblicos-auditoria-da-divida-publica-vamos-fazer--70285>

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO